

Riqueza Gerada e Distribuída em 2010 Pelos Três Maiores Bancos Brasileiros: Informações Relevantes Extraídas da Demonstração do Valor Adicionado

Leonardo José Seixas Pinto
leonardopinto@id.uff.br
UFF

Rodrigo de Melo Teixeira
rodrigo@sambazon.com.br
UFF

Resumo: Através da análise da Demonstração do Valor Adicionado dos três maiores bancos brasileiros esta pesquisa evidencia a contabilidade como instrumento de informações sociais e a política adotada pelas instituições financeiras em repartir sua riqueza. Para atingir os objetivos, realizou-se um estudo exploratório, com base nas demonstrações financeiras publicadas em 2010 pelos Bancos Itaú-Unibanco, Banco do Brasil e Banco Bradesco. Os resultados da pesquisa mostram os indicadores relacionados à distribuição do valor agregado, tendo como referência os valores distribuídos a Pessoal, Governos, Remuneração de terceiros e Remuneração de capitais próprios. Os indicadores calculados sobre a DVA destas instituições financeiras denotam que a maior participação no caso dos bancos Itaú-Unibanco e Bradesco é a remuneração do capital próprio o qual representam 36,44% e 36,60% respectivamente. Porém nestas instituições financeiras privadas existe uma excessiva retenção de lucros e baixa distribuição aos acionistas através dos dividendos. Já o Banco do Brasil apresenta uma política de distribuição avessa aos das instituições privadas principalmente na elevada remuneração do pessoal onde o Banco do Brasil distribuiu 36,07% do valor adicionado a seu pessoal e elevada distribuição de dividendos a seus acionistas e baixa retenção de lucros. Conclui-se que a Demonstração do Valor Adicionada, obrigatória para as empresas de capital aberto e para as equiparadas a sociedade de grande porte sediadas no Brasil desde 2008 através da Lei 11.638/07 disponibiliza para a população em geral, as

práticas de responsabilidade social adotada pelas empresas, bem como a participação da sociedade na distribuição da riqueza gerada pela empresa.

Palavras Chave: Riqueza - Valor adicionado - Responsabilidade soc - -

1. INTRODUÇÃO

A Contabilidade vem evoluindo ao longo dos anos na busca de novas formas de estudo e evidências do patrimônio gerado em decorrência das diversas mudanças que vêm ocorrendo, tanto no âmbito social como no econômico. Esses estudos se utilizam das técnicas de escrituração, de análise, de auditoria contábil da contabilidade gerencial dentre outras mais para fornecer informações através de seus relatórios.

Através destes relatórios encontramos as Demonstrações Contábeis, devendo estas ser elaboradas de acordo normas e regras próprias derivadas da Lei 11.638/07 e dos Comitês de Pronunciamentos Contábeis. Estas demonstrações devem proporcionar revelação suficiente sobre a entidade, satisfazendo assim as necessidades do usuário, revestindo-se de atributos como confiabilidade, tempestividade, compreensibilidade e comparabilidade.

Diante do atual quadro de mercado em que nos encontramos muitas empresas vêm fazendo de sua responsabilidade social um diferencial, demonstrando publicamente o seu compromisso para com a sociedade através da publicação de seu Balanço Social. A DVA como parte integrante deste, tem por finalidade demonstrar como uma empresa cria sua riqueza e a quem esta riqueza é destinada, ressaltando sua importância nos aspectos sociais e ambientais.

O presente trabalho tem por objetivo analisar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), de três dentre as maiores instituições financeiras brasileiras de acordo com seu resultado bruto informado pelo BACEN. Esta demonstração além de auxiliar nas informações para tomada de decisão é também utilizada como instrumento capaz de determinar a riqueza gerada nas suas atividades, bem como a prestação de contas à sociedade e seus diversos *stakeholders*.

Será apresentado uma abordagem sobre o surgimento da DVA, as metodologias aplicadas em seu desenvolvimento, passando por suas vantagens e limitações de uso, até a análise da DVA das mencionadas instituições no período compreendido entre 2009 a 2010 e interpretação de seus resultados.

As perguntas que norteiam a pesquisa são: A) Para quem as instituições financeiras brasileiras distribuem sua riqueza gerada? B) Existe diferença na distribuição de riqueza gerada pelos bancos públicos e privados?

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para responder as perguntas da pesquisa foi necessário inicialmente obter as Demonstrações do Valor Adicionado publicada pelos bancos estudados. Para isto, buscou-se na Internet estas demonstrações o qual foram encontradas nas portais eletrônicos das referidas empresas pesquisadas. Em seguida, fez-se o tratamento dos dados utilizando o Excel para assim, elaborar gráficos comparativos e efetuar análises.

Esta pesquisa ao ser classificada na taxionomia de Vergara (p. 46, 2006) o qual define o trabalho de pesquisa quanto aos fins e quantos aos meios é disposta respectivamente como documental e exploratória. Documental pois utiliza documentos extraídos nas empresas estudadas o qual concedem suporte para as conclusões. Exploratória pois aborda um tema pouco explorado e de extrema relevância para a sociedade.

3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A busca constante por espaços no mercado globalizado, vem fazendo com que as empresas potencializem seu desenvolvimento redefinindo de forma incansável seus valores com o intuito de adequá-los às necessidades do mercado vigente, desenvolvendo assim um comportamento voltado a seu estabelecimento no mundo competitivo.

Vale ressaltar que essas transformações só se fazem possíveis se estiverem fundamentadas em bases sólidas com o desenvolvimento de estratégias competitivas por meio de soluções socialmente corretas, ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis, ou seja, empresas que estejam comprometidas com a Responsabilidade Social.

Para Veloso (2002, p. 53) as organizações devem seguir algumas atitudes e atividades para que consigam se adaptar a esse novo mercado:

- Preocupação com atitudes éticas e moralmente corretas que afetam todos os públicos/*stakeholders* envolvidos;
- Promoção de valores e comportamentos morais que respeitem os padrões universais de direitos humanos e de cidadania e participação na sociedade;
- Respeito ao meio ambiente e contribuição para sua sustentabilidade em todo o mundo;
- Maior desenvolvimento nas comunidades em que se insere a organização, contribuindo para o desenvolvimento econômico e humano dos indivíduos ou até atuando diretamente na área social, em parceria com governos ou isoladamente.”

Todos os fatores devem ser pensados com muita responsabilidade devido a se tratar da sustentabilidade de um planeta e por isso se faz necessário pensar em investimentos a longo prazo. Isto deve ser observado também pelas políticas públicas, que são, geralmente, muito imediatistas.” Essa tendência faz com que o consumidor tenha uma maior conscientização e em consequência procure por produtos e práticas que gerem benefícios para o meio ambiente e/ou comunidade dando valor a aspectos ligados a cidadania.

Responsabilidade Social “é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social” (Instituto Ethos, 2004). Ser uma empresa socialmente responsável é conseguir incorporar os interesses das diferentes partes envolvidas no negócio (*stakeholders*, acionistas, funcionários, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) de forma a atender as demandas de todos.

Partindo agora para um outro ponto de vista temos SROUR (2003, *apud* SOUZA *et al* 2008 p. 23) onde ele afirma que “Responsabilidade Social é a empresa assumir o compromisso com o bem-estar social quando converte parte do lucro para ganhos sociais, ou seja, quando contribui de forma efetiva para a melhoria de vida dos *stakeholders*, aliada a decisões empresariais consubstanciados nos balanços sociais.”

A idéia central da responsabilidade social não é apenas aquela referente ao marketing social e tampouco se trata de uma obrigatoriedade legal. Ela é sim, uma forma de gestão estratégica na qual prevalece o comprometimento permanente da empresa em adotar um comportamento ético, transparente e contribuinte para o desenvolvimento global da sociedade.

3.2 A HISTÓRIA E OS CONCEITOS DO BALANÇO SOCIAL

Os primeiros movimentos da sociedade cobrando uma postura das empresas quanto a responsabilidade social aconteceram no início do século XX, quando se consolidou a necessidade da divulgação dos dados, que compunham os chamados relatórios sociais. No Brasil, só no início dos anos 90, poucas empresas de fato deram início a prática da publicação do balanço social (IBASE, 2011).

O Balanço Social (BS) surgiu na Europa na condição de atender a movimentos sociais que exigiam das empresas informações sobre projetos sociais, condições ambientais e informações para os empregados sob o aspecto do nível de emprego, remuneração e formação profissional, ou seja, buscavam informações referentes ao comportamento da empresa diante a sociedade. Para Zarpelon (2006) o balanço social tem como objetivo principal demonstrar publicamente que a organização não tem a intenção somente na geração de lucros com um fim em si mesmo, mas também com o desempenho social. Este é obtido através do compromisso e da responsabilidade para com a sociedade, por meio da prestação de contas do seu desempenho sobre o uso e a apropriação de recursos que originalmente não lhe pertenciam.

O Instituto Ethos (2011) descreve que o Balanço Social ou Relatório de Sustentabilidade dá transparência às atividades corporativas, ampliando o relacionamento da organização com a sociedade, e ainda, que é a maneira pela qual a empresa comunica o sucesso e os desafios de suas estratégias sócio-ambientais, entendendo assim a sua visão e seus compromissos estabelecidos em relação a Responsabilidade Social Corporativa.

Conforme Tinoco (2008, p.87), o Balanço Social:

“é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar , da forma mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferentes usuários.”

Atualmente, considerado um fator estratégico e financeiro, o BS está sendo adotado pelas organizações como forma de relacionamento com a comunidade, meio ambiente, e com o próprio grupo de funcionários. Também é bastante utilizado quando se trata do ponto de vista da melhoria da imagem da organização. O referido documento é um demonstrativo onde a empresa torna público um conjunto de informações como projetos, benefícios, ações, investimentos, entre outras atividades buscando dessa maneira estar mais próxima da sociedade, dando desta forma transparência a seus processos. Além disso, é também considerado uma importante ferramenta de gestão no qual a empresa consegue acompanhar o desenvolvimento de suas atividades no campo dos recursos humanos, bem como mensurar seu desempenho na implantação de programas.

No que se trata de Balanço Social, a FIPECAFI (2006, p. 33) retrata a existência de quatro vertentes:

- Balanço de Recursos Humanos;
- Balanço ambiental;
- Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral;
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

O BS de RH demonstra o perfil dos trabalhadores da empresa, remuneração e benefícios concedidos, gastos com treinamentos e outros. O BS Ambiental apresenta a relação entre a empresa e os recursos naturais, verificando os recursos consumidos que são empregados na preservação, proteção e recuperação do meio ambiente e os investimentos em

mecanismos que visam diminuir os impactos negativos causados pelas atividades do homem na terra. O BS sobre benefícios e contribuições à sociedade mensura-se a participação da empresa na mitigação das discrepâncias sociais. Em geral mostra os gastos relacionados com doações às entidades carentes, filantrópicas etc. E por último, a quarta vertente destaca que a DVA é parte integrante do BS esta contém informações do que a empresa agregou de valor a economia local, bem como a forma que essa riqueza é distribuída.

3.3 A CONTABILIDADE E AS INFORMAÇÕES SOCIAIS

O conceito de contabilidade na opinião do FIPECAFI (2006, p.48) é:

“um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização.”

Segundo o maior incentivador do Balanço Social Hebert de Souza “O Balanço Social não pode ser tratado como uma peça de marketing, mas uma demonstração responsável de investimentos sociais realizados pelas empresas.”

O Balanço Social é um documento público que contém informações referentes aos gastos e ações realizadas pela organização em prol de seus associados, meio ambiente e principalmente em benefício do social permitindo avaliar seu desempenho e suas contribuições prestadas.

Os Bancos assim como as demais empresas divulgam trimestralmente de forma obrigatória suas Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, DRE, entre outras), sendo que as instituições financeiras além dessas devem apresentar também seu Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado referente ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de cada exercício, devendo estas organizações elaborarem seus relatórios sociais baseados no modelo criado pelo IBASE.

Embora nem todas as empresas divulguem seus relatórios sociais, percebemos que elas estão diretamente ligadas a questão social. Identificamos esta preocupação por parte das organizações através dos planos de assistência médica e odontológica oferecidos por elas a seus funcionários reduzindo desta forma a ausência dos mesmos, o fornecimento de refeição ou vale alimentação contribuindo para melhoria da alimentação, programa de treinamentos visando uma melhor qualificação dos trabalhadores, as vezes estas palestras e treinamentos são abertas ao público, alcançando desta forma a sociedade em sua totalidade.

Contudo essa preocupação é de extrema importância, sendo denominada de indicadores sociais internos que, junto com os indicadores sociais externos, indicadores econômicos, indicadores do corpo funcional, identificação da empresa e por último as informações relevantes quanto ao exercício da cidadania, fazem a composição do modelo de balanço social do IBASE, cujo objetivo principal, teoricamente, é trabalhar a ética e a responsabilidade social a partir do princípio da transparência.

3.4 BALANÇO SOCIAL E O MARKETING CORPORATIVO

Diante do cenário em que nos encontramos em pleno século XXI a informação e a transparência destas se faz necessária para que a empresa possa agregar diferenciais em seus produtos e serviços, para assim manter-se competitiva no mercado. Atualmente as empresas vem utilizando uma ferramenta muito importante que é o Marketing, sendo esta classificada

como um processo social e gerencial no qual promove a troca de valores, serviços ou produtos entre mercado consumidor e produtor (de bens ou serviços) alcançando dessa forma resultados satisfatórios para ambos.

Através de uma disputa constante pela liderança em seus mercados consumidores as organizações já não podem mais se dar ao luxo de ignorar aspectos como a responsabilidade social e o compromisso com as gerações futuras. E assim sendo o Balanço Social entra como uma peça fundamental em suas estratégias de desenvolvimento no que diz respeito a sustentabilidade. Mas o maior problema ainda não é este. Diversos autores temem que as empresas tentando reforçar sua imagem corporativa, destaquem apenas seus aspectos positivos em detrimento dos negativos. Uma maneira de se evitar que as empresas adotem esse demonstrativo como um instrumento promocional de sua entidade seria instituir uma regulamentação para que este relatório chegue o seu verdadeiro propósito e apresente assim informações padronizadas, completas e transparentes.

3.5 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Na opinião de Tibúrcio (2008, p. 65) “valor adicionado é a diferença entre valor bruto da produção e os consumos intermediários nessa etapa. A soma dos valores agregados de um país é seu Produto Interno Bruto.”

As demonstrações contábeis evidenciam a situação econômica e financeira das empresas, essas informações por si só já não são plenamente satisfatórias numa época onde todos estão preocupados e comprometidos com a responsabilidade social e ambiental.

Surgida na Europa, a partir dos anos 70, a Demonstração do Valor Adicionado atingiu popularidade no Reino Unido com a publicação de um relatório que recomendava dentre outras coisas a elaboração da DVA evidenciando a maneira como os benefícios são divididos com empregados, Estados, provedores e investidores. (CUNHA, 2002).

Em diversas regiões da África e da Índia, a Demonstração do Valor Adicionado é tão importante que empresas que desejam se instalar naquela região são obrigadas a apresentar o seu relatório, para que a capacidade de geração de riqueza dentro do país seja avaliada. (MARTINS, 1997).

Ricarte (2005), aponta que a Demonstração do Valor Adicionado é um complemento do Balanço Social o qual identifica e divulga quanto à atividade da empresa gera de riqueza para a economia e para quem esta riqueza foi distribuída por isso sua elaboração vem a cada dia mais sendo discutida.

Ainda de acordo com Ricarte (2005, p.63) “cada uma das informações atende às necessidade específicas de distintos grupos de usuários” conforme apresentado abaixo.

- Empregados / Sindicatos: A DVA serve de base para negociações salariais, para comparações entre entidades de mesmo segmento, para estudos do comportamento evolutivo da remuneração ao longo do tempo etc.
- Governos / Instituições: Estes podem efetuar estudos comparativos da carga tributária por setores / atividades, avaliando quais as categorias que mais contribuem para a formação da receita tributária, resultando disto, reformulações legais como a constituição de impostos seletivos, redimensionamento de tributos por regiões etc. As DVA's agrupadas podem apresentar o crescimento econômico de determinadas regiões e atividades, fazendo com que os governos sigam ou alterem suas políticas de fomento, de incentivos e seus planejamentos.

- Financiadores / Credores: A este grupo a DVA comunica a saúde econômica da entidade e a sua evolução na geração de riqueza.
- Acionistas / Proprietários: Aos formadores do capital próprio da entidade, a DVA apresenta a parcela que lhes coube em determinado período, podendo estes efetuar análises do investimento, objetivando a comunicação da aplicação ou o seu redimensionamento; bem com fornece importantes subsídios para a preparação da análise global da entidade.
- Administradores: A DVA serve como instrumento de apoio ao planejamento estratégico, à decisão e ao controle, além de apresentar a parcela que lhes cabe a título de remuneração.

3.5.1 OBRIGATORIEDADE DE ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Desde o ano de 2008, a DVA tornou-se obrigatória para as empresas de capital aberto. De acordo com o Art. 176 da Lei 11.638/07:

“Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício: [...] V- se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.”

Além da lei societária estabelecer a obrigatoriedade da publicação da DVA, o CPC 09 regulamenta a forma pela qual a DVA deve ser elaborada e apresentada. As orientações encontradas no CPC 09 acerca da elaboração da DVA são listadas abaixo.

- A entidade deve elaborar a DVA e apresentá-la como parte integrante das suas demonstrações contábeis divulgadas ao final de cada exercício social.
- A elaboração da DVA consolidada deve basear-se nas demonstrações consolidadas e evidenciar a participação dos sócios não controladores conforme modelo anexo.
- A DVA deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas.
- A distribuição da riqueza criada deve ser detalhada, minimamente, da seguinte forma:
 - (a) pessoal e encargos;
 - (b) impostos, taxas e contribuições;
 - (c) juros e aluguéis;
 - (d) juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos;
 - (e) lucros retidos / prejuízos do exercício.

Figura 1: Modelo de Demonstração do Valor Adicionado utilizado pelos bancos

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
1- RECEITAS		
1.1) Intermediação Financeira		
1.2) Prestação de Serviços		
1.3) Constituição ou reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa		

1.4) Outras		
2- DESPESAS DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA		
3 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
3.1) Materiais, energia e outros		
3.2) Serviços de Terceiros		
3.3) Perda ou recuperação de valores ativos		
3.4) Outras		
4 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)		
5 – DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO		
6 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)		
7 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
7.1) Resultado de equivalência patrimonial		
7.2) Outras		
8 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)		
9 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
9.1) Pessoal		
9.1.1 Remuneração direta		
9.1.2 Benefícios		
9.1.3 FGTS		
9.2) Impostos, taxas e contribuições		
9.2.1 Federais		
9.2.2 Estaduais		
9.2.3 Municipais		
9.3) Remuneração de capitais de terceiros		
9.3.1 Aluguéis		
9.3.2 Outras		
9.4) Remuneração de Capitais Próprios		
9.4.1 Juros sobre o Capital Próprio		
9.4.2 Dividendos		
9.4.3 Lucros Retidos / Prejuízo do exercício		
9.4.4 Participação dos não-contadores nos lucros retidos (só no caso de consolidação)		

Fonte: CPC 09

4. A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Percebe-se que os bancos estão paulatinamente incorporando-se à vida das comunidades, concorrendo para solução de problemas sociais e exercendo um papel relevante

como intermediário das relações financeiras e negociais entre os diversos agentes econômicos, em seus ambientes nacional e internacional.

Por meio dessa demonstração, acrescenta Santos (1999), permitem-se levantar indicadores sociais importantes, fornecendo ao gestor público mais um elemento de decisão quando da análise sobre a concessão de benefícios para investidores nacionais e estrangeiros.

Dessa forma buscaremos dentro deste contexto analisar as demonstrações dos três maiores bancos brasileiros no que diz respeito a resultado bruto obtido no ano de 2010 segundo pesquisa realizada pelo BACEN. Estes bancos são: Banco Itaú-Unibanco, Banco do Brasil e Banco Bradesco.

Para entendermos um pouco mais sobre a elaboração da DVA dos bancos temos que nos rever alguns conceitos da economia voltados para o cálculo do PIB (Produto Interno Bruto), como também o PNB (Produto Nacional Bruto) o qual indica o valor adicionado, resultante de recursos nacionais pertencentes a residentes no país, não importando em que país ou território econômico a riqueza foi gerada e por último o PNL (Produto Nacional Líquido) que nada mais é que o valor adicionado bruto, líquido das depreciações. Segundo Aben (2008) “o cálculo do PIB seria o PNB mais a renda remetida ao exterior (pagamentos a não residentes), menos renda recebida do exterior (pagamentos feitos a residentes no Brasil).”

No caso específico da DVA dos bancos e sua elaboração, ficou convencionado que os juros pagos diminuirão os juros recebidos, onde o valor líquido encontrado será um dos componentes para o cálculo do valor adicionado. De forma resumida podemos dizer que: essa diferença entre receitas financeiras (juros recebidos) e despesas financeiras (juros pagos) dá-se o nome de resultado bruto da intermediação financeira e os bancos para elaboração de sua DVA diminuem os insumos adquiridos de terceiros e somam as outras receitas, inclusive prestação de serviços encontrando-se, assim, o valor adicionado gerado.

E o PIB onde entra nessa história? Conforme Athar (2008, p.99) “se os valores adicionados dos bancos forem simplesmente somados aos valores adicionados das demais empresas não financeiras, haverá uma dupla contagem no total de valores adicionados da economia (PIB), isso porque as receitas financeiras dos bancos representam despesas financeiras para as demais empresas, ou seja, os juros recebidos por um banco são o resultado de uma “transferência de riqueza” criada por uma outra empresa. É por isso que para o cálculo do PIB, o resultado bruto da intermediação financeira é subtraído numa rubrica própria da contabilidade nacional chamada imputação dos serviços de intermediação financeira.”

4.1 ANÁLISE DAS DVA's

Os dados dos gráficos a seguir foram elaborados com base nos relatórios anuais dos bancos pesquisados disponíveis em seus *sites* oficiais. A partir deles foram feitas análises comparativas entre os bancos e os índices apresentados por eles nos anos de 2009 e 2010.

Avaliando as receitas e despesas observamos que no ano de 2009 o banco que teve a maior receita e despesa foi o Itaú-Unibanco, tendo sido superado em 2010 pelo banco do Brasil nesses dois itens. Numericamente, o banco Itaú-Unibanco passou de uma receita R\$ 82.182.034 milhões para R\$ 91.690.268 milhões perfazendo um aumento de 11,57%. Já o Banco do Brasil apurou em 2010 uma receita de R\$ 93.152.636 milhões ante uma receita de R\$ 74.463.226 milhões apurada em 2009 perfazendo um aumento de 25,09%. Finalmente o Banco Bradesco alavancou sua receita de R\$ 62.068.705 apurada em 2009 milhões para R\$ 73.742.232 milhões no exercício seguinte indicando aumento de 18,81%. Em relação as despesas com intermediação financeira o Banco Itaú-Unibanco passou de R\$ 35.873.128

milhões para R\$ 39.542.957 milhões apurando um aumento de 10,23%, enquanto o Banco do Brasil aumentou suas despesas com intermediação financeira de R\$ 35.100.018 milhões para R\$ 45.880.191 apurando um aumento de 30,71%. Finalmente o Banco Bradesco incrementou suas despesas com intermediação financeira de R\$ 29.587.897 para R\$ 34.767.392 nos anos de 2009 e 2010 respectivamente indicando um aumento de 21,61%.

Avaliando o valor adicionado observamos que no ano de 2009 o banco com maior valor foi o Itaú-Unibanco com valor apurado em 2010 de R\$ 40.344.147 ante R\$ 36.883.292 apurado no exercício anterior, perfazendo um aumento de 9,38%. Já o Banco do Brasil apurou em 2010 um valor adicionado de R\$ 39.422.673 milhões ante um valor adicionado de R\$ 34.511.460 milhões apurada em 2009 perfazendo um aumento de 11,42%. Finalmente o Banco Bradesco alavancou seu valor adicionado de R\$ 24.844.300 apurada em 2009 milhões para R\$ 29.678.725 milhões no exercício seguinte indicando aumento de 19,46%.

Ao avaliarmos os insumos adquiridos de terceiros percebemos que o Banco do Brasil é o que menos gastou com serviços de terceiros no ano de 2010 apurando o valor de R\$ 1.296.847 milhões, enquanto o Banco Itaú-Unibanco desembolsou na contratação dos mesmos serviços o valor de R\$ 3.012.376 milhões e o Banco Bradesco R\$ 3.131.152 milhões.

Avaliando o valor adicionado e sua distribuição junto ao pessoal observamos que o Banco do Brasil foi a instituição que obteve o maior valor distribuído tanto em 2009 quanto em 2010 passando de R\$ 11.799.456 milhões para R\$ 13.048.428 milhões, perfazendo um aumento de 10,58%. Já o Banco Itaú-Unibanco distribuiu em 2010 parte de seu valor adicionado para o pessoal no valor de R\$ 12.055.654 milhões ante uma distribuição de R\$ 11.190.291 milhões apurada em 2009 perfazendo um aumento de 7,73%. Finalmente o Banco Bradesco distribuiu parte de seu valor adicionado para o pessoal no valor de R\$ 6.948.289 milhões apurada em 2009 para R\$ 8.047.868 milhões no exercício seguinte indicando aumento de 15,81%.

A distribuição do valor adicionado gerada pelas instituições financeiras pesquisadas são ilustradas na Tabela 1.

Tabela 1: Distribuição do valor adicionado

ÍNDICES	BRASIL		BRADESCO		ITAÚ	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
PESSOAL	37,92	36,07	29,7	29,2	31,3	30,83
IMPOSTOS	29,85	27,83	33,4	32,1	35,22	30,55
CAPITAIS TERCEIROS	1,74	1,64	2,5	2,1	2,41	2,18
CAPITAIS PRÓPRIOS	32,34	32,61	34,4	36,6	30,52	36,44

Fonte: Demonstrações dos bancos. Elaboração própria.

Comparando os índices dos três bancos nos anos de 2009 e 2010, é nítido a elevada participação do pessoal no valor adicionado no Banco Brasil e consideravelmente menor nas outras duas instituições financeiras em análise. Além disto, a instituição pública foi a que menos remunerou o capital de terceiros em comparação as instituições privadas. Outro indicador importante na comparação em conjunta da distribuição do valor adicionado é que no Banco do Brasil a remuneração do capital de terceiros é menor se comprado com os Bancos Itaú-Unibanco e Banco Bradesco. Isto indica que o banco público possui menos despesas com

alugueis do que os bancos privados. A carga tributária distribuída pelos bancos é também menor no Banco do Brasil do que nas instituições financeiras privadas.

O valor adicionado distribuído em 2010 para os acionistas através do pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio foi de R\$ 4.482.550 milhões apurado no Banco Itaú-Unibanco, R\$ 4.705.576 milhões no Banco do Brasil e R\$ 3.368.473 milhões no Banco Bradesco. Em relação ao valor adicionado retido pelos bancos denominado como lucros retidos os valores apurados em 2010 foram de R\$ 8.840.413 milhões no Banco Itaú-Unibanco, R\$ 6.997.609 milhões no Banco do Brasil e de R\$ 6.652.930 no Banco Bradesco. A avaliação do valor distribuído aos sócios e o valor retido indica a política de dividendos adotada pela companhia. Ao avaliar o percentual da distribuição de dividendos em relação ao valor adicionado gerado nos Bancos Itaú-Unibanco, Banco do Brasil e Bradesco apuramos respectivamente: 11,46%, 13,01% e 12,17% ficando claro que o Banco do Brasil foi a instituição que mais distribuiu (não em números absolutos) valor adicionado para seus acionistas através da remuneração de dividendos. Além disto, ao avaliarmos o percentual da retenção de lucros em relação ao valor adicionado feita pelas instituições pesquisadas apuramos os seguintes índices nos Bancos Itaú-Unibanco, Brasil e Bradesco, respectivamente: 22,60%, 19,33% e 24,03%. Estes índices mostram que o Banco do Brasil foi a instituição financeira que menos reteve lucros advindo de seu valor adicionado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho verificamos que a contabilidade fornece informações para seus diversificados usuários, e que, por meio destas informações, aumenta-se consideravelmente o poder de decisão dos *stakeholders*. Num contexto social, a contabilidade como fonte de informações tornou-se mais relevante após a promulgação da lei que determina a obrigatoriedade de publicação da demonstração do valor adicionado. Nesse sentido, as empresas buscam constantemente melhoria na produção de seus relatórios, onde constem evidências do seu engajamento sócio-ambiental.

Após avaliar a demonstração do valor adicionado das três maiores instituições financeiras brasileira verificamos como é o processo de geração de riqueza e de que forma esta riqueza é distribuída. Ficou claro com base nos números avaliados que a distribuição da riqueza do Banco do Brasil é muito diferente dos bancos Itaú-Unibanco e Banco Bradesco e isto possui fundamentação direta com a política da empresa.

A primeira característica evidente do Banco do Brasil em relação aos demais bancos estudados é que a maior parte do valor adicionado é distribuído ao pessoal. Esta distribuição é superada em valor absoluto quanto em percentual. Ou seja, em 2010 o Banco do Brasil distribuiu R\$ 13.048.428 milhões de seu valor adicionado a seu pessoal representando 36,07% do valor adicionado gerado pelo banco. Já os Bancos Itaú-Unibanco e Banco Bradesco distribuíram R\$ 12.055.654 milhões e R\$ 8.047.868 milhões respectivamente ao seu pessoal representando 30,83% e 29,20% do valor adicionado gerado.

A maior distribuição do valor adicionado feito pelos bancos Itaú-Unibanco e Bradesco ocorreu na remuneração do capital próprio representando 36,44% e 36,60%, enquanto o Banco do Brasil distribuiu 32,34%. No entanto, ao analisar o valor distribuído como dividendos verificamos que o Banco do Brasil remunerou R\$ 4.705.576 milhões enquanto o Banco Itaú-Unibanco remunerou através de dividendos o valor de R\$ 3.482.550 milhões e o Banco Bradesco o valor de R\$ 3.368.743. Com base nestes números, fica evidente que a remuneração do capital nos bancos privados são maiores, porém esta remuneração não se converte na remuneração dos acionistas através da distribuição de dividendos, mas através da

retenção de lucros. O Banco do Brasil apesar de distribuir apenas 32,34% de seu valor adicionado aos acionistas, foi a instituição financeira que mais provisionou dividendos.

Diante do exposto, percebe-se a relevância da análise da Demonstração do Valor Adicionado, que de maneira clara, nos dá a dimensão da riqueza gerada pelas empresas em questão e de como as mesmas a direcionam aos seus diversos *stakeholders*.

REFERÊNCIAS

- ABEN ATHAR, Raimundo.** Introdução a contabilidade. Pearson Prentice Hall. São Paulo: 2008.
- CARVALHO, C. S.; NASCIMENTO, T. R.; OLIVEIRA, A. P.; MARCHIORETTO, I. S.** Balanço social: características, uso e resultados obtidos pela Caixa Econômica Federal no triênio 2005/2007. Revista de Ciências Gerenciais. Vol. XIII, n. 18, p. 7-16, ano 2009.
- CIMINO, Valdir.** Responsabilidade Social. Disponível em: http://www.responsabilidadesocial.com/article/article_view.php?id=414 Acesso em 25 de abril de 2011.
- COSENZA, J. P.** A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. Revista Contabilidade & Finanças. Ano 14, edição comemorativa, 2003.
- CPC. Demonstração do valor adicionado.** Disponível em: http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_09n.pdf Acesso em 13 de março de 2011.
- CUNHA, Jaqueline Veneroso Alves da.** Demonstração contábil do valor adicionado (DVA): um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para os funcionários. 2002. Dissertação (Mestrado em controladoria e contabilidade) Faculdade de Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FIPECAFI [Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras].** Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades. 6ª edição, São Paulo: Atlas, 2006.
- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.** Um pouco da história do balanço Social. Disponível em: < <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=3&sid=3> Acesso em 13 de abril de 2001.
- Instituto Ethos. Introdução ao balanço social.** Disponível em: < http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/guia_relatorio/default.htm Acesso em: 13 de abril de 2011.
- Lei n. 11.638 de 28 de Dezembro de 2007.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em 31 de março de 2011.
- NEVES, Silvério das, VICECONTI, Paulo Eduardo V.** Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras. 11ª edição. São Paulo: Frase, 2002.
- Os 50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional Disponível em:** <http://www4.bcb.gov.br/fis/TOP50/port/Top50P.asp> Acesso em 05 de Abril de 2011.
- RICARTE, Jádson Gonçalves.** Demonstração do valor adicionado. Revista Catarinense da Ciência Contábil, Florianópolis, 2005.
- SOUZA, Hebert de.** Balanço Social. Disponível em <http://www.balancosocial.org.br> Acesso em 15 de Abril de 2011
- SROUR, R.** Ética empresarial: a gestão da reputação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- TINOCO, João Eduardo Prudêncio.** Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2008.
- VELOSO, Leticia Helena. M.** Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva, 2002.
- VERGARA, Sylvia C.** Relatórios de pesquisa em administração. 4ª São Paulo: Atlas, 2006.
- ZARPELON, Márcio Ivanor.** Gestão e responsabilidade social. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.
- http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2010/port/download/Demostracoes_Financeiras.pdf Acesso em 28 de maio de 2011.
- <http://www.bancodoplaneta.com.br>

ANEXOS

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

(Em Milhares de Reais)

	%	EXERCICIO 2010	%	EXERCICIO 2009
RECEITAS		91.690.268		82.182.034
Intermediação Financeira		80.325.961		76.696.605
Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		17.462.587		15.172.135
Resultado das Operações com Seguros, Previdência e Capitalização		2.658.435		2.431.694
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa		(10.087.727)		(14.165.307)
Outras		1.331.012		2.046.907
DESPESAS		(39.542.957)		(35.873.128)
Intermediação Financeira		(35.066.002)		(30.581.022)
Outras		(4.476.955)		(5.292.106)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(11.803.164)		(9.425.614)
Materiais, Energia e Outros		(474.445)		(306.819)
Serviços de Terceiros		(3.012.376)		(2.826.561)
Outras		(8.316.343)		(6.292.234)
Processamento de Dados e Telecomunicações		(3.363.167)		(2.606.077)
Propaganda, Promoções e Publicações		(1.171.018)		(975.419)
Instalações		(1.615.922)		(997.076)
Transportes		(622.235)		(409.724)
Segurança		(453.221)		(376.834)
Viagens		(168.821)		(121.943)
Outras		(921.959)		(805.161)
VALOR ADICIONADO BRUTO		40.344.147		36.883.292
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO		(1.383.370)		(1.305.163)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		38.960.777		35.578.129
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		139.207		177.957
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		39.099.984		35.756.086
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		39.099.984		35.756.086
Pessoal	30,83	12.055.654	31,30	11.190.291
Remuneração Direta		9.609.294		9.195.584
Benefícios		1.878.039		1.487.851
F.G.T.S.		568.321		506.856
Impostos, Taxas e Contribuições	30,55	11.945.583	35,72	12.773.249
Federais		11.299.311		12.135.949
Estaduais		798		64.849
Municipais		645.474		562.451
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis	2,18	851.875	2,41	861.925
Remuneração de Capitais Próprios	36,44	14.246.872	30,57	10.930.621
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		4.482.550		3.977.438
Lucros Retidos/(Prejuízo) do Período		8.840.413		6.089.170
Participação dos não-controladores nos Lucros Retidos		923.909		864.013

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BANCO DO BRASIL
Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

(Em Milhares de Reais)

	%	EXERCÍCIO 2010	%	EXERCÍCIO 2009
RECEITAS		93.152.636		76.463.226
Intermediação Financeira		82.458.831		65.729.138
Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		15.867.908		13.511.181
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa		(10.244.040)		(12.396.261)
Outras		5.069.937		9.619.168
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(45.880.191)		(35.100.018)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(7.849.772)		(6.851.748)
Materiais, Energia e Outros		(459.434)		(421.965)
Serviços de Terceiros		(1.296.847)		(960.148)
Outras		(6.183.491)		(5.469.635)
Comunicações		(1.269.841)		1.107.054
Processamento de dados		(1.077.662)		(969.344)
Transportes		(738.927)		(637.815)
Serviço de vigilância e segurança		(673.038)		(641.906)
Serviços do sistema financeiro		(629.219)		(706.601)
Propaganda e publicidade		(375.994)		(336.254)
Outras		(1.418.810)		(1.070.661)
VALOR ADICIONADO BRUTO		39.422.673		34.511.460
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO		(3.196.517)		(2.405.841)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		36.226.156		32.105.619
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		(46.323)		(989.350)
Resultado de participações em coligadas/controladas		(46.323)		(989.350)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		36.179.833		31.116.269
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		36.179.833		31.336.269
Pessoal	36,07	13.048.428	37,92	11.799.456
Salários e honorários		8.234.776		7.529.479
Participações no lucro		1.756.190		1.384.531
Benefícios e treinamentos		1.845.990		1.559.377
FGTS		551.520		527.295
Outros encargos		659.952		798.774
Impostos, Taxas e Contribuições	29,85	10.798.506	27,83	8.658.974
Federais		10.067.315		7.998.623
Estaduais		872		733
Municipais		730.319		659.618
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis	1,74	629.734	1,64	509.728
Remuneração de Capitais Próprios	32,34	11.703.165	32,61	10.148.111
Juros sobre o Capital Próprio da União		1.487.739		1.215.612
Juros sobre o Capital Próprio de outros acionistas		915.511		642.254
Dividendos da União		1.425.815		1.439.002
Dividendos de outros acionistas		876.511		762.141
Lucro Retido		6.997.609		6.088.513
Participação dos não-controladores nos Lucro Retido		(20)		589

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BANCO BRADESCO S/A
Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

(Em Milhares de Reais)

	%	EXERCICIO 2010	%	EXERCICIO 2009
RECEITAS		73.742.232		62.068.705
Intermediação Financeira		70.660.261		62.899.079
Prestação de Serviços		13.103.557		11.611.490
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(9.037.123)		(12.937.328)
Outras		(984.463)		495.464
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(34.767.392)		(29.587.897)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(9.296.115)		(7.636.508)
Materiais, Água, Energia e Gás		(505.551)		(425.259)
Serviços de Terceiros		(3.131.152)		(2.529.453)
Comunicação		(1.413.635)		(1.227.145)
Serviço do sistema financeiro		(368.332)		(278.771)
Propaganda, promoções e publicidade		(801.216)		(587.784)
Transporte		(643.838)		(554.643)
Processamento de dados		(875.259)		(772.089)
Manutenção e conservação de bens		(462.118)		(418.387)
Segurança e vigilância		(274.046)		(249.782)
Viagens		(124.175)		(78.267)
Outras		(696.793)		(514.928)
VALOR ADICIONADO BRUTO		29.678.725		24.844.300
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		(2.134.408)		(1.673.750)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		27.544.317		23.170.550
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		127.251		200.101
Resultado de participações em coligadas/controladas		127.251		200.101
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		27.671.568		23.370.651
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		27.671.568		23.370.651
Pessoal	29,20	8.047.868	29,70	6.948.289
Proventos		4.344.897		3.889.273
Benefícios		1.855.937		1.569.765
FGTS		388.496		358.316
Outros		1.458.538		1.130.935
Impostos, Taxas e Contribuições	32,10	8.890.622	33,40	7.813.927
Federais		8.471.087		7.427.012
Estaduais		5.281		11.460
Municipais		414.254		375.455
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis	2,10	588.964	2,50	571.445
Aluguéis		567.177		556.333
Arrendamentos de bens		21.787		15.112
Remuneração de Capitais Próprios	36,60	10.144.114	34,40	8.036.990
Juros sobre o Capital Próprio		2.464.538		2.133.269
Dividendos		904.205		584.813
Lucros Retidos		6.652.930		5.294.200
Participação dos não-controladores nos Lucros Retidos		122.441		24.708

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.